

A cobertura sobre Segurança Pública no Jornalismo Impresso: um estudo de caso das notícias do Jornal O Povo durante a gestão Cid Gomes¹

Raíssa Benevides Veloso²

Francisco Paulo Jamil Almeida Marques³

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

Resumo

Este trabalho tem como objetivo compreender a forma como o jornal impresso O Povo aborda o tema da Segurança Pública em notícias e reportagens publicadas durante a gestão de Cid Ferreira Gomes, especificamente entre os anos de 2011 e 2013. O *corpus* é composto por 49 matérias informativas indexadas pelo próprio jornal como relacionadas ao tema Segurança Pública no Ceará. Considera-se o Jornalismo como agente participante da construção da realidade social e seu papel na interpretação que a sociedade faz das políticas de Segurança Pública desenvolvidas. Divide-se o *corpus* em quatro categorias de análise, de acordo com a origem das fontes enfatizadas em cada texto: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário/Ministério Público e Outros Agentes. A intenção é perceber o enquadramento dado ao tema a partir dos agentes selecionados para se posicionar como fontes.

Palavras-chave

Jornalismo impresso; Segurança Pública; Jornal O Povo; Ceará; Cid Gomes.

Introdução

A relação entre o campo do Jornalismo e o tema da Segurança Pública é discutida tanto no âmbito das pesquisas em Comunicação quanto nos estudos em Ciências Sociais. Na maioria destes estudos, é ressaltada a dificuldade em discutir as tensões que envolvem as duas áreas e o cuidado para não tornar a discussão reducionista (PORTO, 2002, 2009; RAMOS & PAIVA, 2007; ZALUAR, 1999). Porto (2009) observa que a natureza das relações entre mídia e Segurança Pública é complexa e está em permanente paradoxo: ora cúmplice, ora contraditória; ora em afinidade, ora em estranhamento.

Nas teorias do Jornalismo, a literatura mais recente considera de forma crítica as categorias de objetividade e de imparcialidade, tão caras ao *habitus* profissional. Apesar disso, o discurso jornalístico ainda se apoia da noção de neutralidade para garantir

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Aluna do 8º semestre do Curso de Jornalismo do ICA-UFC. Email: raissaveloso@hotmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor Adjunto II da UFC. Pesquisador permanente do PPGCOM/UFC. Realizou estágio pós-doutoral em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG). Doutor e Mestre pelo PósCom/UFBA. Líder do Grupo PONTE/UFC. Email: marquesjamil@yahoo.com.br.

legitimidade diante da opinião pública (BARROS FILHO, 1995). Desde a modernização da imprensa brasileira, os profissionais e as organizações jornalísticas têm reclamando para si a posição de legítimos representantes da sociedade (ALBUQUERQUE, 2000).

Rejeita-se aqui a noção dos *media* como espelhos da realidade. Atuando como agentes na construção das representações sobre o mundo e influenciando as práticas sociais (THOMPSON, 1998), esta pesquisa localiza-os como integrantes da realidade social. O Jornalismo é entendido como uma atividade exercida por empresas e profissionais submetidos à tensão entre os fatores internos ao campo, como as rotinas e as disputas intrínsecas ao ofício (CORREIA, 2012), e a influência dos fatores externos, situado em um espaço de tensões políticas, sociais, financeiras, culturais e ideológicas (BOURDIEU, 1997).

Identificar a forma como as representações sociais são moldadas no discurso jornalístico pode contribuir para transformar as práticas relacionadas à área da Segurança Pública e da sociedade civil (PORTO, 2009). O Jornalismo adquire, portanto, o importante papel de interlocutor entre o que é significado socialmente e os sentidos propagados pelas políticas públicas (SÓLIO, 2010). Para isto, problematiza-se de que forma o jornal impresso O Povo aborda o tema da Segurança Pública no Ceará a partir da análise de notícias e reportagens publicadas durante a gestão de Cid Ferreira Gomes, especificamente entre os anos de 2011 e 2013.

O artigo está estrutura da seguinte forma: a primeira parte tem como objetivo discutir as relações entre Jornalismo e Segurança Pública. No segundo momento da pesquisa, trata-se acerca da atividade jornalística como agente de construção da realidade social e a terceira e última parte do artigo apresenta o *corpus* escolhido para a pesquisa, desenvolve a análise empírica e apresenta as conclusões.

Jornalismo Impresso e Segurança Pública

Se a inflação ou o racionamento de energia foram, em um passado recente, alguns dos principais temas de debate e de preocupação da sociedade brasileira, pode-se dizer que a discussão sobre a Segurança Pública é atualmente pauta presente entre as inquietações da população. Ao acompanhar a cobertura dos jornais impressos, não é difícil perceber manchetes e títulos que se referem a um aumento nos índices de violência nos centros urbanos brasileiros.

Se os assuntos relacionados à temática da violência e das políticas de Segurança Pública são do interesse da população, logo, apresentam-se como pauta em potencial para ocupar os espaços jornalísticos. Nesse sentido, há autores que afirmam que a imprensa explora a temática em seus produtos (PORTO, 2002) e outros que defendem que o nível de violência é tão grande na sociedade brasileira que os noticiários apenas evidenciam-no (VASCONCELOS apud MELO, 2005). Nesse sentido, Ruben Oliven (2010, p. 15) define como “insensatez” o fato de se ignorar o crescimento da criminalidade, “dado o clima generalizado de insegurança e pânico que se apossou dos habitantes de nossas cidades”.

No percurso delineado para esta pesquisa, faz-se relevante problematizar brevemente a relação entre mídia e violência. Há anos, estudos tentam compreender de que forma se estabelecem os efeitos sobre a audiência da veiculação de atos violentos pelos *media*, mas não há consenso sobre uma presumível relação de causalidade. Não é possível determinar, por exemplo, que as 14 horas diárias de programas policiais nas emissoras cearenses (MORALES; DIÓGENES, 2013), ao exibirem as vítimas da violência e aqueles em conflito com a lei, estejam influenciando diretamente outros comportamentos violentos. “Embora quase todos estejam prontos para admitir a existência dessa relação, não se consegue demonstrá-la, pela própria complexidade envolvida” (PORTO, 2009, p. 227).

De acordo com Muniz Sodré (1992; 2006), a mídia favorece o abismo entre a realidade construída por ela – e pelo mundo do consumo – e a realidade histórica da sociedade, gerando frustrações nos indivíduos e, potencialmente, violência. Para que a reflexão não sustente a ideia de que a violência parte de indivíduos excluídos do mundo do consumo, ou seja, de menor poder aquisitivo, Costa e Pimenta (2006) afirmam que a violência é uma resposta ruidosa ao modelo de sociedade atual, influenciada não só por fatores econômicos, mas também sociais, culturais e do imaginário da população.

Partindo de outra perspectiva, Porto (2002) segue o raciocínio de que os *media* não podem ser responsabilizados diretamente pelo crescimento dos índices de criminalidade, mas devem ser caracterizados como um canal de estruturação de sociabilidades violentas.

[...] pode-se afirmar que os meios de comunicação de massa, a depender dos seus conteúdos, se não são diretamente responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade, funcionam, quando menos, como um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já que neles a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado. (PORTO, 2009, p. 227).

Em que sentido o comportamento violento é valorizado através dos *media*, Porto não esclarece. Somente a exibição de conteúdos desse caráter não faz com que as atitudes sejam valorizadas e que esta construção tenha uma identificação social. Ao considerar a mídia como “meios de comunicação” e “canal de estruturação”, entretanto, Porto dá início a uma afirmação problemática no sentido de caracterizar os *media* enquanto espaços apenas de transição, tanto dos fluxos de informação quanto das representações sociais. Mais do que corredores, estes são considerados, na análise aqui proposta, como agentes participantes na construção da realidade social. Dessa forma, é importante entender, para além da transmissão, como os *media* influenciam ativamente na elaboração de uma visão do mundo.

As mudanças ocorridas na cobertura jornalística sobre o tema da violência urbana foram sentidas, principalmente, a partir da redemocratização no Brasil, no fim da ditadura civil-militar (1964-1985) (OLIVEN, 2010; RAMOS; PAIVA, 2007; PASTANA, 2007; SODRÉ; 2006). No fim do século passado, a situação econômica brasileira era permeada, de acordo com parte da literatura, por diretrizes neoliberais, contexto este que Sólido (2010) caracteriza como propício para o controle da informação assumir importante função na mediação das relações e processos sociais, sendo interessante aos grupos detentores de poder produzir legitimidade aos seus posicionamentos. Nessa situação, o Jornalismo apresenta-se imparcial, objetivo e neutro (TRAQUINA, 2005), posto acima do bem e do mal, e se posiciona também a partir dos próprios interesses.

Organizados empresarialmente, os *media* se inserem no mercado através de como trabalham seus produtos. Dentre os temas preferíveis para comercializar a informação, a violência é considerada como uma moeda de troca com alto valor no mundo da comunicação, “uma mercadoria que vende e vende bem” (PORTO, 2002, p. 165).

Dessa forma, a imprensa possui interesses próprios ao abordar a temática da Segurança Pública (NJAINÉ et al., 1997), que se tratando de uma área da administração pública, também está inserida em um jogo de interesses públicos e privados. Constituir o binômio mídia/Segurança Pública como objeto de análise significa refletir sobre o fato de que cada um dos polos do binômio constrói a realidade social por meio dos sentidos e das narrativas pelos quais representam a “realidade” da violência e a violência como realidade. Em outras palavras, se a realidade é construída, apresentada, representada por meio de narrativas e imagens de guerra ou de paz, os efeitos sobre possíveis formas de orientação de condutas dos atores sociais serão igualmente distintos. (PORTO, 2009, p. 214).

Influenciando diretamente o imaginário da população e sendo influenciado diretamente pelas expectativas da audiência, mostra-se relevante discutir como o Jornalismo constrói uma interpretação da realidade social e, assim, pode interferir na percepção que as pessoas têm do mundo.

A construção da realidade social através do Jornalismo

A riqueza de estudo do campo jornalístico se dá tanto pelas complexas relações estabelecidas nos limites do próprio campo, quanto por tensões com diferentes esferas, como a política e a econômica, por exemplo. Em uma análise jornalística, é fundamental que se considere, ainda que em diálogo com outros saberes, as regras e as relações inerentes a esse espaço, responsáveis por influenciar diretamente as práticas da profissão. Faz-se importante acrescentar que o Jornalismo, definido por Pierre Bourdieu (1997) como um campo social estruturado e autônomo, possui regras próprias e não pode ser entendido unicamente pela análise das condições externas a ele, haja vista que se trata aqui de um estudo referente à produção jornalística.

Entende-se o Jornalismo, portanto, enquanto uma atividade capaz de influenciar a lógica simbólica que expressa o conjunto de valores e interesses que regulam a sociedade (CHARAUDEAU, 2013), agindo de forma ativa nos processos de formação e propagação de representações acerca do universo no qual está inserido. Para analisar uma “estória” contada pelo Jornalismo, para fazer referência a Nelson Traquina (2005) quando chama os profissionais do campo de modernos contadores de “estórias” de não-ficção, é preciso entender que a atividade aqui em discussão é tanto fruto da realidade histórica e social em que está inserida como dos processos e critérios intrínsecos ao ofício (CORREIA, 2012), a exemplo das rotinas das organizações de comunicação e das interações sociais estabelecidas dentro do campo.

Apesar de inserido em espaços permeados por distintos interesses e por lógicas que, por vezes, se distanciam de uma compreensão simples, o Jornalismo é um campo social que depende da produção e compreensão humanas para sua sobrevivência. O jornal é, antes de tudo, uma construção humana que visa apreender os fatos sociais a partir de lógicas próprias. O “julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião” são elementos formadores de um discurso que tenta fazer compreender os fenômenos em relação ao mundo simbolicamente estruturado (GENRO FILHO apud KARAM, 2004, p. 44).

Na perspectiva de entender o Jornalismo enquanto uma construção humana que atua na esfera da mediação simbólica, torna-se importante ressaltar a ideia de Lippmann (apud HOHLFELDT, 1997) ao considerar que a percepção dos indivíduos sobre a realidade não se dá de maneira direta, mas a partir de uma percepção mediada por imagens formadas nas próprias mentes. Kovach e Rosenstiel (2004), entretanto, questionam o autor por afirmar que as imagens mentais elaboradas a partir da influência dos *media* são distorcidas e incompletas, tanto pela parcialidade da imprensa quanto pela capacidade questionável do público de apreender a verdade. Para aqueles autores, o público é mais capaz e mais complexo do que acreditava Lippmann, podendo receber da mídia elementos para chegar à verdade sozinho (idem).

Assim, parte-se de uma visão em que a realidade não seria apreendida pelas pessoas de forma objetiva, como se pretendeu por muito tempo ao falar do Jornalismo, e sim a partir de um processo de construção mental. Wolf (2005) lembra que nas sociedades industriais de capitalismo avançado é cada vez mais comum a vivência do mundo através da mediação simbólica dos *media*. Nesse sentido, tem-se caminhado para o que Hohlfeldt (1997, p. 45) apresenta como sociedade anônima, nível em que a urbanização transformou os processos diretos dos indivíduos em fluxos massificados, “uma vez que a maioria dos integrantes de tais sociedades não pode ter acesso direto aos acontecimentos”.

Antes de serem considerados a partir de uma conotação negativa, os *media* cumprem uma função social ao pretenderem estabelecer uma mediação simbólica do mundo. O desenvolvimento midiático representa “uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma organização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social” (THOMPSON, 1998, p. 19), além de acarretar mudanças significativas nas formas como os indivíduos se relacionam. É por isso que alguns autores (TRAQUINA, 2005; CHARAUDEAU, 2013) irão defender que, para além de se sentirem informadas diante dos infinitos acontecimentos que as cercam, as pessoas leem os jornais, por exemplo, também como forma de se inserir socialmente, de se posicionar diante das relações sociais.

Fala-se, portanto, que a imprensa cumpre uma função social no que se refere a estabelecer um presente de referência para a sociedade. Dos fatos sociais que são produzidos diariamente pelo mundo, uma quantidade, ainda que mínima, irá compor um repertório de orientação para os diversos indivíduos.

Uma sociedade não pode viver sem um presente que a envolva e lhe sirva de referência. Sempre está acontecendo algo e sempre temos de conhecê-lo. Sempre têm de existir ações em curso e sempre temos de poder saber delas. Esta é a função dos meios: rodear-nos de um presente social contínuo, bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo, que é uma maneira de assimilá-lo ou dominá-lo. (GENRO FILHO apud KARAM, 2004, p. 36).

Para Sodré (2009), não basta que o Jornalismo se proponha a ser o corredor entre os indivíduos e os fatos sociais; mais do que isso, ele deve ser um intérprete qualificado da realidade. Na tentativa de estabelecer um presente de referência, os jornalistas são os profissionais identificados como capazes de fornecer uma seleção das informações mais relevantes aos leitores, tanto na identificação dos acontecimentos extraordinários a serem noticiados, quanto no que se refere aos aspectos evidenciados de cada fato. Dessa forma, o jornalista agiria como um perito apto a avaliar a importância dos acontecimentos e a construir as notícias (TRAQUINA, 2005). Nessa exteriorização dos processos de seleção e de elaboração da notícia, que se discutirá com mais afinco adiante, chega-se a mais um sentido para a função social do Jornalismo: vigilância do poder a serviço do interesse público.

A defesa da liberdade e da democracia também é utilizada como explicação por Kovach e Rosenstiel (2004, p. 16) na tentativa de chegar a uma definição sintética sobre a função social do Jornalismo. Segundo esses autores, “A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem”. Nesta afirmação, os jornalistas também parecem se comportar como agentes desinteressados nos processos políticos e ideológicos, bem como as empresas de comunicação estariam acima de suas convicções políticas e estratégias comerciais para atuar pelo bem dos cidadãos.

Sabe-se, entretanto, que as leituras que percebem o jornalista enquanto agente desinteressado no processo de elaboração das notícias não dão mais conta de analisar o complexo quadro de interferências conscientes e inconscientes no qual o Jornalismo está inserido. Parte-se, portanto, de um entendimento do Jornalismo enquanto agente construtor da realidade social e não somente como veículo de comunicação responsável pela condução de fluxos de informação. Os jornais cumprem uma ação de comunicação socialmente contextualizada (THOMPSON, 1998) que, tanto reproduz uma realidade, como intervém na sua construção social (CORREIA, 2012). Dessa forma, os repórteres jamais poderiam ser

vistos como peritos desinteressados no processo de produção jornalística, uma vez que são sujeitos sociais operando escolhas sobre o mundo.

Mesmo diante de todas as mediações que a informação recebe até chegar ao leitor, tem-se a notícia como uma narrativa não ficcional, mas convencional (TRAQUINA, 2005). Nas estruturas convencionadas para selecionar o fato e enunciá-lo dentro dos padrões do Jornalismo, as notícias partilham um fenômeno, indo ao encontro da noção de que os “acontecimentos são aquilo a que prestamos atenção” (MOLOTCH, LESTER apud CORREIA, 2012, p. 85). Nilson Lage (1981) considera que os padrões técnicos aos quais a notícia está submetida são o componente lógico, que se combina ao componente ideológico, para formar o produto jornalístico.

Metodologia e análise

O *corpus* é composto por 49 matérias de gêneros informativos selecionadas por meio da construção de um ano artificial, compreendendo textos publicados entre os anos de 2011 e 2013. Para a análise, o material é categorizado a fim de facilitar a execução da estratégia metodológica adotada, a Análise de Conteúdo. A categorização das notícias e das reportagens se dá através da identificação da ênfase construída na matéria a partir das fontes ouvidas. Dessa forma, pretende-se perceber os enquadramentos dados ao tema a partir de quatro grupos diferentes de fontes.

Tabela 1 – Composição do ano artificial

MÊS	ANO
Janeiro	2011
Fevereiro	2012
Março	2013
Abril	2011
Maiο	2012
Junho	2013
Julho	2011
Agosto	2012
Setembro	2013
Outubro	2011
Novembro	2012
Dezembro	2013

Fonte: Elaborada pela autora (2014).

Uma apreciação prévia do corpus evidenciou a relevância das fontes jornalísticas na constituição das matérias em análise. Foi possível identificar que as vozes que compõem as notícias e as reportagens são distinguíveis e categorizáveis em grupos, que serão analisados com maior profundidade a seguir. A categorização dos textos se deu através, então, da identificação das fontes utilizadas nas matérias, na intenção de perceber qual enquadramento é dado ao tema a partir dos agentes selecionados para falar. Dessa forma, analisa-se o conteúdo ao mesmo tempo em que se percebe o contexto, as interações entre os agentes e os quadros interpretativos (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

No caso da cobertura sobre Segurança Pública, percebe-se a presença usual de representantes do Poder Executivo, como o próprio governador e seus secretários; de membros do Poder Legislativo; de figuras que compõem o Poder Judiciário e o Ministério Público; e de outros agentes, como representantes de entidades civis e de classe, institutos de pesquisa, de universidades e do mercado privado.

As categorias adotadas nesta pesquisa, portanto, foram as seguintes:

(a) Executivo: notícias e reportagens que têm como voz ou vozes principais representantes do Poder Executivo, sendo as mais comuns a do Governador Cid Gomes e a do Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do referido período;

(b) Legislativo: conteúdos produzidos principalmente por falas de deputados estaduais ou por fatos políticos que ocorreram na Assembleia Legislativa;

(c) Judiciário e Ministério Público: textos que têm como ênfase a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público (tanto Estadual quanto Federal). As duas instituições são colocadas em uma mesma categoria pelo entendimento de que ambas, embora sem vinculação formal, representam o papel social de defender a ordem jurídica;

(d) Outros agentes: matérias que tem como ênfase a voz de atores que não estão em nenhuma das categorias anteriores; fontes que representam a sociedade civil, as instituições de pesquisa e o mercado privado.

Assim, fez-se um esforço para categorizar cada texto em apenas um grupo. Ainda que a maioria das matérias não faça uso apenas de um tipo de fonte de acordo com essas categorias, considera-se, a título de análise, que cada texto possui uma ênfase em sua constituição, possível de ser identificada e classificada. Desta forma, verifica-se na Tabela 2 como a totalidade dos textos foi categorizada.

Tabela 2 – Quantidade de Matérias por Categoria

CATEGORIA	QUANTIDADE
Executivo	25
Legislativo	4
Judiciário/Ministério Público	5
Outros agentes	15
TOTAL	49

Fonte: Elaborada pela autora, 2014.

Durante a análise do *corpus*, foi possível perceber que, na cobertura sobre Segurança Pública feita pelo jornal O Povo, há um predomínio de matérias que têm como foco o Poder Executivo. Naturalmente, a voz do governador do Estado e de seus representantes são as mais disputadas pelo jornal quando o assunto é Segurança Pública, já que este poder é o responsável legal pela administração da área e pelo comando da polícia (LEEDS, 2013). De um total de 49 notícias e reportagens que compõem o *corpus* desta pesquisa, 25 foram enquadradas como matérias da categoria Poder Executivo, bem à frente da segunda maior categoria, Outros Agentes, que somou 15 matérias.

Nas notícias e reportagens que enfatizavam falas ou decisões de agentes do Executivo, as principais fontes utilizadas foram o governador Cid Gomes e o titular da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do respectivo período. O enquadramento dado através das falas destes representantes tentou construir a imagem de uma administração proativa, que mesmo com as dificuldades enfrentadas na área, anunciou por diversas vezes novos investimentos e programas para compensar os índices de violência.

Citando Weber, Thompson (1998) afirma que o Estado procura exercer autoridade através do monopólio do uso da força física, bem como sustentar a legitimidade do poder político através da difusão simbólica nos *media*. Nesse sentido, a postura de tentar construir uma imagem positiva da gestão, apesar da conjuntura negativa, é algo buscado pelo governo Cid Gomes através das falas nas notícias e nas reportagens, evidente em passagens que personificam Cid como o governador como o “que mais investiu em segurança na história”.

É interessante observar que as falas oriundas do Executivo apresentam o enquadramento de “combate ao crime”, mostrando que a compreensão sobre o problema da Segurança Pública está no crescimento do número de homicídios. Nesse sentido, as ações anunciadas pelo governador e pelo secretário referem-se, principalmente, ao incremento de ações policiais, como criação de grupamento especializado, investimento na formação dos

policiais e adoção de programas, como o de recompensas para os agentes de segurança e a reformulação do Ronda do Quarteirão, todas apontadas como parte de um planejamento maior.

O caráter de modernização advindo das decisões da administração pública, presente nas gestões de Cid Gomes (BARBALHO, 2007), é enfatizado sempre como favorável à situação do estado. Ao afirmar que a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social faz uso de “modernos conceitos de gestão contemporânea”, o Executivo estadual adota um discurso de caminhada para o progresso, sem que sejam problematizados os impactos das escolhas feitas. Ressalta-se a importância do Jornalismo ao circular signos e imagens que legitimam a postura de racionalidade do poder dominante, dando ênfase que a modernização é sempre positiva para a sociedade (SODRÉ, 2006).

Sobre o tom de “combate ao crime”, aponta-se o destaque dado tanto pelo governador Cid Gomes quanto pelos secretários às medidas de guerra ao tráfico de drogas. Ou seja, há um alinhamento no discurso – explicitado várias vezes durante as matérias analisadas – que faz do “combate ao tráfico” um enquadramento evidente nas falas do Poder Executivo. No discurso de endurecimento utilizado por Cid e pelo titular da SSPDS, há um esvaziamento de contextualização sobre o comércio de drogas no Ceará e a utilização de estatísticas sem referência. É perceptível, também, a tentativa do governo de se isentar da responsabilidade pelo aumento do número de homicídios, dando a entender que está fazendo tudo o que pode.

As falas que tentam amenizar a responsabilidade do estado diante da situação de violência no Ceará também se utilizam de outros dois pretextos recorrentes, além do narcotráfico. O primeiro se refere à tentativa de culpabilizar o Poder Judiciário pela liberação de pessoas presas pelas polícias, sugerindo-se que haja um endurecimento no Código Penal. A segunda justificativa para a ineficiência das políticas públicas de Segurança Pública tem relação com a quantidade de armas de fogo existente em posse de civis. Nesse caso, é o próprio O Povo que infere que mais armas circulando significa mais homicídios.

Basicamente, a cobertura feita por O Povo com ênfase no Legislativo também se reporta às declarações. São falas de deputados estaduais durante as sessões que, acompanhadas pelos jornalistas, transformam-se em notícias sem muita profundidade. Dentro do universo de deputados há uma pequena pluralidade nas fontes, tendo, na maioria das vezes, a fala do líder do governo na Assembleia.

Nesta categoria, são apenas quatro notícias e, por isso, dois enquadramentos são mais evidentes na análise. O primeiro refere-se ao alinhamento das decisões da Assembleia Legislativa à política do Palácio da Abolição. Ou seja, em diferentes notícias o tom de facilidade com que Cid Gomes consegue aprovar seus projetos no Legislativo é mostrado. Consonante a isso, as notícias evidenciam que a extensa base aliada do governador não se dispõe a debater com profundidade os projetos enviados por Cid, dando a entender que, por ser maioria na Casa, não cabe a ela problematizar as ações do Executivo.

Todas as notícias situadas na categoria Judiciário/Ministério Público são curtas e factuais, referindo-se às decisões das instituições, e não chegam a aprofundar o tema da Segurança Pública em suas abordagens. Em relação à Justiça, o caráter das falas utilizadas enquadra a instância a partir do tom de autoridade, mostrando que cabe a ela decisões que podem afetar os outros poderes. Pela primeira e única vez na análise, a cobertura trata do sistema penitenciário, evidenciando o problema do excesso de presos. Ainda que não sejam feitas críticas ou elogios às políticas de Segurança Pública do governo do Estado, o juiz utilizado como fonte para a notícia propõe a Cid Gomes a reestruturação do sistema prisional.

Diferentemente da tendência homogênea na abordagem do Poder Judiciário/Ministério Público, os enquadramentos existentes nos textos da categoria Outros Agentes dependem do perfil das fontes utilizadas. Por exemplo, quando a notícia tem como foco posicionamentos de representantes de classe, como diretores de sindicatos de agentes de segurança ou do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o enquadramento é de crítica ao nível de insegurança no Ceará e a postura das fontes é de tentar se legitimar diante de seus associados.

Conclusões

Ao longo desta pesquisa, procurou-se problematizar a relação existente entre Jornalismo Impresso e Segurança Pública para analisar, com mais afinco, a forma como o jornal O Povo constrói sua cobertura sobre a área. Na tentativa de compreender os padrões utilizados pelo jornal nos textos que abordam a conjuntura da Segurança Pública no Ceará, durante a segunda gestão do governador Cid Ferreira Gomes, foram analisados os enquadramentos estabelecidos nas matérias informativas de O Povo durante os anos de 2011 e 2013.

Nesse sentido, observou-se que o jornal aborda a perspectiva da Segurança Pública através da cobertura priorizando ações e falas do Poder Executivo, responsável constitucionalmente pelas políticas de segurança do estado e pelas forças policiais (LEEDS, 2013). O que, *a priori*, não seria problemático para a cobertura jornalística, apresenta-se como aspecto limitador da cobertura de O Povo, já que muitas matérias são construídas, unicamente, com declarações de representantes do governo estadual, desconsiderando a pluralidade de perspectivas que poderiam ser incluídas nos textos.

Entende-se que a cobertura de Segurança Pública do jornal evidencia principalmente as ações do poder público para administrar os problemas acarretados por um tipo específico de violência, caracterizada como violência visível, “entendida como a ruptura, pela força desordenada e explosiva, da ordem jurídico-social” (SODRÉ, 2006, p. 16). Há, pois, um discurso evidente e limitador de “combate ao crime”, que longe de ser problematizado, é naturalizado pela cobertura.

Desta forma, apesar de parecer pretender a abordagem conjuntural da Segurança Pública no Ceará, O Povo apresenta uma cobertura superficial do tema, esquivando-se de um tratamento mais questionador sobre suas causas e consequências do fenômeno da violência urbana, bem como de perspectivas de outros agentes da sociedade. Quando do aparecimento de outras vozes nos textos, é recorrente o uso delas para legitimação do discurso do Executivo, com raras exceções de crítica às políticas públicas desenvolvidas na administração de Cid Gomes.

Nesse sentido, conclui-se que a cobertura sobre Segurança Pública feita por O Povo aproxima-se do que Albuquerque (2000) considera sobre o Jornalismo brasileiro: mais interessado em ilustrar uma tese do que problematiza o tema abordado a partir de perspectivas conflitantes. Destaca-se, entretanto, a potência dos *media*, em especial do Jornalismo, de dialogar com sociedade a fim de contribuir para a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de Segurança Pública. Indo ao encontro do que propôs Zaluar (2010), acredita-se que o Jornalismo pode atuar como construtor de formas de sociabilidade ao influenciar outras maneiras de pensar e de agir.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. **Um outro quarto poder**: jornalismo e responsabilidade política no Brasil. Contracampo, Rio de Janeiro, v. 4, p. 23-57, 2000.
- BARBALHO, A. **Os modernos e os tradicionais**: cultura política no Ceará contemporâneo. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 12, n. 22, p. 27-42, 2007.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CORREIA, J. C. **A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada**. In: I. F. CUNHA; A. CABRERA; J. P. SOUSA (Orgs.). Pesquisa e Media em Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina. Covilhã, Portugal. 2012, p. 79-106. Disponível em <www.livroslabcom.ubi.pt>. Acesso em 23 mar. 2014.

COSTA, M. R. **Violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?** Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999.

COSTA, M. R.; PIMENTA, C. A. M. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulos, 2006.

HOHLFELDT, A. **Os estudos sobre a hipótese do agendamento**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 17, p. 42-51, nov./1997.

KARAM, F. J. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

LEEDS, E. **A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil**: um relacionamento frágil, mas em evolução. Revista brasileira de segurança pública, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 134-142, ago/set. 2013.

MELO, P. B. **A pauta na capa**: a mídia como porta-voz da cultura do medo. Um estudo sobre a revista Carta Capital. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 24, n. 2, p. 221-235, jul/dez. 2005.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. **Enquadramento**: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 187-235, jun. 2012.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MORALES, L. P.; DIÓGENES, J. P. **Narrativas do real**: a construção social da violência urbana na mídia brasileira. In: XXIX Congresso ALAS, 2013, Santiago.

NJAINE, K. et al. **A produção da (des)informação sobre violência**: análise de uma prática discriminatória. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 403-414, jul/set. 1997.

OLIVEN, R. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010.

PASTANA, D. R. **Medo e opinião pública no Brasil contemporâneo**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 12, n. 22, p. 91-116, 2007.

PORTO, M. **Enquadramentos da Mídia e Política**. XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu, 2002.

PORTO, M. S. G. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, 2009.

_____. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 152-171, jul/dez. 2002.

RAMOS, S; PAIVA, A. **Mídia e violência** – Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Boletim de segurança e cidadania, Rio de Janeiro, ano 4, n. 10, dez. 2005.

_____. **Mídia e Violência:** novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. IUPERJ: Rio de Janeiro, 2007.

SODRÉ, M. **Sociedade, Mídia e Violência.** 2 ed. Editora Sulinas/EDIPUCRS: Porto Alegre, 2006.

_____. **A narração do fato.** Petrópolis: Vozes, 2009.

SÓLIO, M. B. **Violência:** um discurso que a mídia cala. Caxias do Sul: Educs, 2010.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a Modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo:** Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teorias das Comunicações de Massa.** 2 ed. Martins Fontes: São Paulo, 2005.

ZALUAR, A. **Um debate disperso:** violência e crime no Brasil da redemocratização. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, 1999.